

Aglomerações Produtivas Territoriais e as Implicações Metodológicas para sua Análise: Das Tradições Positivistas à Abordagem Compreensiva Weberiana.

Autoria: Sirlei Pitteri, Luis Paulo Bresciani

Resumo

O presente estudo trata das questões metodológicas envolvidas na análise das aglomerações produtivas territoriais, desde as tradições positivistas que prevaleceram ao longo do século passado até as abordagens interdisciplinares atuais. Apesar dos inúmeros estudos já realizados sobre as aglomerações produtivas territoriais, pouco se avançou nas análises sobre o impacto das estruturas sociais sobre o desempenho econômico das organizações. Compreender as dinâmicas que se desenvolvem a partir das micro-relações nestes contextos poderá contribuir com novos conhecimentos que expliquem por que algumas aglomerações produtivas territoriais se desenvolvem, outras permanecem estacionárias e outras entram em declínio. A maioria dos estudos produzidos, nos últimos anos, aponta para o consenso que cada aglomeração produtiva territorial é específica e não existem receitas fixas para analisá-las, sobretudo porque envolve uma interdisciplinaridade e por razões principalmente, metodológicas. Desse modo, a questão que norteou o presente estudo foi tentar responder as seguintes perguntas: Quais os enfoques metodológicos mais adequados para se analisar as ações das pessoas e os comportamentos resultantes dessas ações que interferem no desempenho das organizações? Que aprendizado essas análises poderão trazer para maximizar os resultados, fortalecer alianças e promover a confiança entre os atores? Quais as abordagens mais adequadas para se compreender os mecanismos de articulação e as micro-relações entre os atores presentes no território? A metodologia utilizada consistiu-se de ampla pesquisa bibliográfica interdisciplinar, em que se buscou comparar e analisar as abordagens recentes sobre os estudos das aglomerações produtivas territoriais bem como os enfoques metodológicos utilizados pelos autores. Em seguida, foi efetuado um levantamento bibliográfico sobre as contribuições dos clássicos da sociologia na formação dos estudos da administração e as tendências apontadas pelos estudos da Nova Sociologia Econômica, cujas premissas apontam caminhos para uma nova compreensão do impacto das estruturas sociais sobre o desempenho das organizações. Este estudo foi estruturado em quatro seções. A primeira busca identificar as origens, formações e tipologias de aglomerações produtivas territoriais, bem como os possíveis padrões das mesmas em estudos já realizados; a segunda descreve as abordagens das tradições positivistas a partir da sociologia de Durkheim e Parsons e seus limites nas análises das organizações complexas; a terceira apresenta a teoria das redes na perspectiva da sociologia estrutural e as discussões recentes sobre o tema, especialmente sobre o conceito de *embeddedness* (enraizamento) de Mark Granovetter e a última apresenta as contribuições da sociologia compreensiva de Max Weber e a possibilidade de se analisar as aglomerações produtivas territoriais sob a perspectiva dos tipos ideais weberianos. A conclusão aponta os limites e possibilidades de cada abordagem e sugestões para estudos futuros.

Introdução

Os acontecimentos de importância histórica somados aos avanços tecnológicos das últimas décadas promoveram uma reestruturação econômica mundial e, como conseqüência, a necessidade das transformações organizacionais empresariais, públicas e da sociedade em geral. Um dos elementos cruciais que contribuíram para essas transformações foi o aumento da conectividade entre os países e a facilidade para a internacionalização dos fluxos de informação e de capitais (Castells, 1999). Esse fenômeno provocou uma expansão nos contornos das organizações, que saíram do espaço geográfico para operar em escala global alcançando as pessoas em suas localidades, sem a necessidade de locomoção para se ter acesso ao consumo. Kanter (1996, p.18) faz uma referência a esse fenômeno:

Percebi claramente o desenvolvimento de uma classe mundial comercial em 1990, quando iniciei uma investigação de alianças e parcerias de negócios emergentes no mundo (...). Enquanto as redes globais passam por cima de nossas cabeças com as transmissões via satélite, a maioria das pessoas continua a operar firmemente apoiada no chão.

Paralelamente às mudanças qualitativas ocorridas na economia global, surge uma tendência para as localidades se reafirmarem como atores relevantes no processo de reestruturação produtiva. Essa crença se fundamenta no arcabouço teórico do Novo Regionalismo, que, embora ainda sem apresentar um quadro teórico consolidado, traz alguns resultados de estudos e pesquisas sobre as novas lógicas de evolução territorial.

Klink (2001) complementa as reflexões de Kanter (1996) sobre a amplitude e efetividade das redes globais e pontua que a origem do crescente movimento de atividades econômicas em redes transnacionais é difícil de traçar, porém, observa que as regiões metropolitanas seriam plataformas privilegiadas para disputar mercados globais, aproveitando-se das vantagens da aglomeração. Assim, os governos locais estariam se mostrando ágeis, próximos às comunidades na condução de um conjunto de políticas que anteriormente eram reservadas ao Estado-Nação. Algumas cidades vêm assumindo novas atribuições em áreas temáticas por meio de políticas industriais, cujo objetivo seria a geração de emprego e renda, além de assumirem a responsabilidade sobre o processo de reestruturação produtiva por meio da exploração do potencial de re-aglomeração da atividade econômica. Lastres e Cassiolato (2003) defendem a idéia de que ao mesmo tempo em que se assiste a uma revalorização da dimensão espacial e, particularmente do espaço local, acentua-se a importância da diferenciação entre os lugares para a competição em nível global.

Contudo, Becker (2008) introduz a questão das contradições entre o global e o local, com duas questões básicas: a primeira é que o desenvolvimento local depende cada vez mais de iniciativas político-institucionais, afastando-se do modelo de desenvolvimento *schumpeteriano*, visto que essa nova configuração não depende da espontaneidade criativa dos empresários. A segunda é que o contexto sócio-econômico-político das localidades deve estar harmonizado para se produzir dinâmicas diferenciadas de competição.

Essas questões trazem uma contradição importante, pois propõem a harmonia de interesses e objetivos entre dois sistemas aparentemente incompatíveis: o contexto econômico da atualidade subordina-se ao sistema de mercado auto-regulável enquanto que o contexto sócio-político se forma a partir das instituições políticas do sistema regulatório no Bem-Estar-Social. Nesse ponto, vale resgatar o pensamento de Polanyi (1980), que esclarece o equívoco que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial e a consolidação do sistema de mercado que controla o sistema econômico e o social:

Nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em

princípio, que fosse controlada por mercados (...) embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 1980, p.59).

Polanyi (1980) parte da premissa que um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política, porém, nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Contudo, isso não implica na existência de instituições econômicas separadas, pois, normalmente a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual está inserida: “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo que seja o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 1980, p.85).

Becker (2008, p.86) propõe, então, um deslocamento da teoria econômica para o campo da política econômica fundamentado na visão *keynesiana*, a fim de identificar um novo objeto de análise: o desenvolvimento regional. “Assim, estaremos abrindo caminhos para o rascunho de um novo referencial teórico-metodológico, que possibilitará entender as diferentes dinâmicas do desenvolvimento regional”.

A despeito de inúmeros estudos sobre as aglomerações produtivas territoriais, pouco se avançou nas análises para a compreensão dos mecanismos de articulação entre os atores no território. Conhecer as características presentes nessas realidades e os fenômenos que se desenvolvem a partir das micro-relações entre as pessoas, poderá contribuir com novos conhecimentos que expliquem por que algumas aglomerações produtivas territoriais se desenvolvem, outras permanecem estacionárias e outras entram em declínio. A maioria dos estudos produzidos, nos últimos anos, aponta para o consenso que cada aglomeração produtiva territorial é específica e não existem receitas fixas para analisá-las, porém, algumas premissas presentes em estudos já realizados (Albuquerque Llorens, 2001; Lastres e Cassiolato, 2003; Becker, 2008; Wittman, 2008; Dallabrida, 2008; Siedenberg, 2008) sobre as características do desenvolvimento regional podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- a) O desenvolvimento endógeno (regional) parece ser incompatível com o sistema de mercado globalizado;
- b) O sistema político tem papel fundamental na mediação dos arranjos organizacionais a fim de que ocorra o desenvolvimento regional;
- c) O contexto sócio-econômico-político deve estar harmonizado para que se produzam dinâmicas diferenciadas de competição;
- d) As pequenas e médias empresas presentes no território não dispõem de recursos organizacionais para atuarem isoladas frente ao mercado globalizado;
- e) O desenvolvimento territorial depende das estruturas sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas.
- f) As pessoas são importantes na tomada de decisão em ambientes de incerteza;
- g) A competitividade e a cooperação não são práticas antagônicas, entretanto, ainda não foram identificados estudos que esclareçam quais os mecanismos presentes nas relações interpessoais que possam harmonizá-las;
- h) A confiança entre os atores tem sido destacada como elemento fundamental no desenvolvimento de alianças de modo a promover o desenvolvimento endógeno.
- i) Experiências de desenvolvimento local promovidas em inúmeros países de capitalismo avançado vêm sendo difundidas para os países emergentes, porém, têm demonstrado particularidades individuais envolvendo um sem número de fatores e cada experiência tem sido personalizada em função de sua realidade.
- j) O estudo da dinâmica territorial envolve uma interdisciplinaridade, por razões principalmente metodológicas.

Cada uma das premissas elencadas abre um campo de investigação que poderá contribuir com novos conhecimentos sobre as dinâmicas do desenvolvimento territorial. Contudo, a última premissa que aponta para a necessidade de se abordar as análises das aglomerações produtivas territoriais pelo caminho da interdisciplinaridade parece ser a questão central para elucidar as outras questões.

As abordagens metodológicas por caminhos interdisciplinares ainda têm se mostrado controversas nas análises organizacionais, em especial no campo da Administração, pois, a despeito de se tratar de uma área notadamente interdisciplinar, as tradições positivistas fundamentadas nas ciências da natureza permearam quase que a totalidade dos estudos administrativos ao longo do século passado. Contudo, inúmeros estudos no campo da Sociologia Econômica, produzidos nas últimas décadas, mostram-se promissores no sentido de apontar caminhos para uma melhor compreensão das ações sociais nas organizações. Swedberg (2005) resume bem o deslocamento do enfoque da Sociologia Econômica com relação à Economia Neoclássica: “Enquanto os economistas procuraram desenvolver uma forma de levar em conta o comportamento social, os sociólogos fizeram o contrário e desenvolveram várias formas de inserir o interesse e a ação econômica na estrutura social”.

A questão que norteou o presente estudo foi tentar responder as seguintes perguntas: Quais os enfoques metodológicos mais adequados para se analisar as ações das pessoas e os comportamentos resultantes dessas ações que interferem no desempenho das organizações? Que aprendizado essas análises poderão trazer para maximizar os resultados, fortalecer alianças e promover a confiança entre os atores? Quais as abordagens mais adequadas para se compreender os mecanismos de articulação e as micro-relações entre os atores presentes no território? O estudo possui quatro seções. A primeira busca identificar as origens, formações e tipologias de aglomerações produtivas territoriais, bem como os possíveis padrões das mesmas em estudos já realizados; a segunda descreve as abordagens das tradições positivistas a partir da sociologia de Durkheim e Parsons e seus limites nas análises das organizações complexas; a terceira apresenta a teoria das redes na perspectiva da sociologia estrutural e as discussões recentes sobre o tema, especialmente sobre o conceito de *embeddedness* (enraizamento) de Mark Granovetter e a última apresenta as contribuições da sociologia compreensiva de Max Weber e a possibilidade de se analisar as aglomerações produtivas territoriais sob a perspectiva dos tipos ideais weberianos. A conclusão do estudo aponta os limites e possibilidades de cada abordagem e sugestões para estudos futuros.

Aglomerações Produtivas Territoriais: Origens, Formação e Tipologias.

Aglomerações produtivas territoriais, em sentido amplo, é uma designação para os espaços geográficos que apresentam um conjunto de características que os definem como economias de aglomeração. A despeito de serem tão antigas quanto o comércio, sua importância estratégica no cenário atual motivou o resgate dos escritos de Alfred Marshall (1890). Os distritos *marshallianos* foram descritos como as indústrias localizadas que apresentavam condições físicas favoráveis à aglomeração, tais como a natureza do clima e do solo; a existência de recursos ou fácil acesso a eles; e o patrocínio de uma ‘corte’ que levaria para determinado local um rico contingente de recursos. Essas características atrairiam mão-de-obra especializada e ao mesmo tempo educariam os trabalhadores locais. As vantagens dessas indústrias localizadas englobavam o aprendizado tácito, a inovação e a empregabilidade. Tais vantagens seriam decorrentes do fenômeno em que as forças sociais estariam *enraizadas* nas forças econômicas (MARSHALL, [1890], 1982).

Vale ressaltar a forte influência de Marshall nos escritos de Porter (1998) sobre os *clusters*, nas décadas de 1980 e 1990, a partir do conceito de aglomerações de empresas. Ele constatou que paradoxalmente as vantagens competitivas duradouras em uma economia

global estão cada vez mais em ‘coisas locais’, como o conhecimento, relacionamentos e motivações pessoais. A maioria dos estudos já realizados constatou que o dinamismo dessas economias se fundamenta, exclusivamente, nos ativos locais, caracterizando assim, um desenvolvimento endógeno que ocorre paralelamente aos processos globais.

As variações de nomenclatura sobre as aglomerações produtivas territoriais introduzem novas premissas para caracterizá-las, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs). Essas duas denominações surgiram nas últimas décadas, e introduzem os efeitos da virtualidade que ampliariam o conceito para além da articulação entre os atores presentes no território (LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

Contudo, uma questão levantada sobre o tema relaciona-se aos estudos de aglomerações produtivas locais apenas pela abordagem setorial. Lastres e Cassiolato (2003) ponderam sobre a ineficiência dos estudos abordados setorialmente, pois o argumento básico do conceito adotado é que onde houver produção de qualquer bem ou serviço, sempre haverá um arranjo em torno da mesma que envolva atividades e atores relacionados, como a aquisição de matéria-prima, máquinas e demais insumos.

Os estudos de Wittmann, Dotto e Boff (2008) caminham na mesma direção, uma vez que os conceitos setoriais não se encaixam na realidade atual em que a inovação é fator essencial no desenvolvimento das dinâmicas territoriais. As empresas organizadas em redes de cooperação focalizam-se na existência de externalidades que favorecem o acesso a trabalhadores qualificados, relações com fornecedores, instituições ligadas à ciência e tecnologia, fatores cada vez mais importantes para a competição.

Apesar de não existir um consenso sobre os determinantes que fazem esses arranjos prosperarem, existe uma crença generalizada de que a proximidade geográfica dos agentes econômicos, políticos e sociais seria a fonte geradora de vantagens competitivas, especialmente importantes para as pequenas e médias empresas (PMEs), pois, considera-se que a aglomeração de empresas amplie suas chances de sobrevivência e crescimento.

A fim de se identificar padrões que possam explicar uma maior ou menor efetividade em determinadas categorias de aglomerações, inúmeros estudos vêm sendo realizados, a partir de mapeamentos espaciais de tendências de organização do território. Vargas (2004) propõe um modelo metodológico para a análise de aglomerações produtivas territoriais, cujo objetivo é criar um referencial analítico comum para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento das PMEs articuladas em torno de arranjos e sistemas produtivos locais. A fundamentação teórica baseia-se no enfoque evolucionário e *neo-schumpeteriano*, cujas premissas podem ser resumidas nos seguintes elementos-chave: diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais; dimensão territorial; importância associada ao conhecimento tácito; existência real ou potencial de processos de inovação e aprendizado interativos; formas de governança inerentes as relações entre diferentes segmentos de atores.

Outro estudo nessa perspectiva é o de Suzigan et al (2004), notável pelo mapeamento dos aglomerados produtivos territoriais no estado de São Paulo. O objetivo do estudo foi avançar na metodologia de identificação, delimitação e avaliação da estrutura produtiva, com a finalidade de orientar a criação de políticas públicas e ações privadas de apoio às mesmas. Foram identificadas quatro tipologias, bem como o grau de importância relativo para a localidade e para o setor e respectivas sugestões de políticas públicas para o fortalecimento das mesmas: os embriões de sistema local de produção; os vetores avançados; os vetores de desenvolvimento local e os núcleos de desenvolvimento setorial-regional.

Os estudos de Albuquerque Llorens (2001) também se caracterizam por buscar padrões que possam identificar mecanismos gerais que expliquem o desenvolvimento endógeno. Seus achados levam-no a sugerir algumas práticas, como novos sistemas de regulação no nível mesoeconômico, por meio de gestão pública estratégica, descentralização de comando, articulação público-privada e valorizar a gestão local. Seus argumentos baseiam-

se na crença de que a fortaleza das economias não depende do que se exporta, mas depende do grau de articulação setorial e da eficiência produtiva interna dos seus sistemas produtivos e de mercados locais determinados por fatores sociais, culturais, ambientais e históricos.

Contudo, o fator estratégico que caracteriza essa nova fase histórica é o acesso à informação e ao conhecimento, em que a qualificação das pessoas é fundamental e representa o eixo central da aposta de inovação. A conclusão desses levantamentos sinaliza que competitividade e cooperação não são, necessariamente, práticas antagônicas, mas podem ser complementares por meio de alianças entre os atores presentes nos entornos territoriais, pelas redes e agrupamentos setoriais de empresas, envolvendo uma gama diversificada de atores: indústria, comércio, serviços, instituições de P&D&E, e outros.

Vale, contudo, destacar os estudos de Wittmann, Dotto e Boff (2008); Dallabrida e Becker (2008) e Siedenberg (2008) que apontam contradições importantes entre o global e o local. Além das dificuldades metodológicas para se analisar as aglomerações produtivas territoriais, suas conclusões apontam para a necessidade de se integrar governos e empresas, cujos mecanismos devem contemplar o capital social a fim de preservar as liberdades individuais e se fortalecer contra mecanismos intervencionistas e exógenos, que levariam ao desequilíbrio cultural, social e econômico das localidades. Assim, ainda não existe um consenso sobre as seguintes questões: Por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente entre si? Por que algumas regiões crescem e outras entram em decadência, ou permanecem estáveis?

Siedenberg (2008) acredita que antes de qualquer tentativa de responder as questões colocadas, é necessário especificar o que se entende por desenvolvimento regional: “parece óbvio que o termo se refere a um processo de mudanças relativo a aspectos sociais e econômicos que ocorrem em determinado espaço e tempo” (p.167). Contudo, essa evidência seria uma simplificação que não considera questões subjacentes e não visíveis, a priori, e questiona: Quais as características básicas desses processos de mudança? Quem são os atores e agentes envolvidos? Que meios e recursos estão disponíveis? Que relações estão estabelecidas e precisam ser consideradas? Quais são os reais interesses em jogo?

Existe um consenso mínimo (e recente) entre os estudiosos e pesquisadores das mais divergentes correntes ideológicas que as respostas a essas questões estariam justamente nas especificidades de cada território.

Siedenberg (2008) propõe uma abordagem metodológica baseado na tipologia de Patton (1990) que busca comprovar a efetividade da ação humana, tendo como foco de pesquisa os objetivos dos planos e projetos propostos para o território. Esse método de análise especifica cinco tipos distintos de pesquisa, organizadas num *continuum* lógico que abarca desde investigações de cunho essencialmente teórico até investigações eminentemente práticas. São elas: pesquisa básica, pesquisa aplicada, avaliação normativa, avaliação formativa e pesquisa-ação. Desse modo, os instrumentos metodológicos para o estudo de processos de desenvolvimento regional se baseariam na análise de diferentes indicadores socioeconômicos de determinada região, confrontados com parâmetros ou objetivos pré-estabelecidos. Apesar da relevância dos indicadores propostos no sentido de um melhor entendimento sobre a efetividade das estratégias adotadas para o desenvolvimento das aglomerações produtivas territoriais, é importante ressaltar que esses mecanismos carecem de micro análises sobre os comportamentos individuais dos atores que podem interferir na dinâmica do desenvolvimento da localidade. A título de exemplo, o documento da OECD (Dallabrida e Becker, 2008) aponta a incapacidade de aproveitar os benefícios potenciais da cooperação, da colaboração e da coordenação em nível local, causada pela falta de confiança, por sentimentos mal orientados de competição e por ausência de liderança.

Assim, as análises das aglomerações territoriais esbarram na abordagem metodológica, pois faltam elementos nessas análises para se identificar os mecanismos necessários para se

desenvolver a confiança e a cooperação, como criar coalizões políticas favoráveis, como desenvolver a cooperação inter-regional, ou como empreender esforços para uma construção institucional favorável. Os estudos da administração podem se beneficiar de modo relevante com a identificação desses mecanismos, porém, cada contexto possui identidade específica e dificilmente as análises baseadas apenas no paradigma positivista serão suficientes para explicar a performance das aglomerações produtivas territoriais.

As Tradições Positivistas nos Estudos da Administração

Essas considerações trazem à tona uma questão recorrente nos estudos da administração, pois, como pontua Ramos (1983), sem configurar fatos e significados, não se compreende nada, embora se tenha a consciência crítica que o estudo científico da administração jamais será revelado como doutrina final e definitiva:

A dificuldade do estudioso interessado no assunto não é a escassez de material a utilizar, mas justamente o contrário. Obras sobre administração das mais variadas dimensões são incontáveis (...). Os espíritos mais exigentes que têm abordado o estudo da matéria vêm lutando por impor a esse aglomerado de contribuições, ordenação que permita compreendê-las e classificá-las de modo sistemático. Mas não há sistematizações tranqüilas” (RAMOS, 1983, p. 1).

Desse modo, pode-se partir da concepção amplamente aceita, que o fenômeno administrativo está sujeito a condicionamentos histórico-sociais. Entretanto, o estudo sistemático desses condicionamentos ainda se encontra em plano secundário, seja na formação do administrador de empresas ou na difusão dos saberes administrativos em literatura especializada, provenientes das universidades de países de capitalismo avançado. As obras traduzidas no Brasil refletem as experiências bem sucedidas da Europa e Estados Unidos que não se aplicam, necessariamente, à realidade brasileira. Ramos (1983) pondera que em países plenamente desenvolvidos, os avanços da teoria e da técnica de administração ocorrem simultaneamente com as mudanças histórico-sociais, ao contrário dos países emergentes, que aplicam as técnicas administrativas de modo arbitrário, sem levar em conta as variáveis que particularizam cada contexto.

Buscar caminhos em outras áreas conhecimento poderá contribuir com achados importantes para as análises das aglomerações produtivas territoriais. Em função da relevância do impacto das estruturas sociais no desempenho econômico das organizações (citado por Granovetter, 1985), recorreremos aos fundamentos dos clássicos da sociologia, que vêm contribuindo enormemente na formação dos estudos administrativos.

O estudo da administração como ‘fato social’ tem suas origens na sociologia de Émile Durkheim (1858-1917), a partir de uma tradição teórica e metodológica que legitimou a sociologia como ‘saber científico’ pela inspiração positivista do início do século XX:

Quando Émile Durkheim escreveu *Les Règles de La méthode sociologique*, a sociologia ainda não tinha tranqüila reputação de saber científico no meio universitário da França, e, mesmo da Europa (...) Durkheim empreendeu essa demonstração, e, ao fazê-lo, admitiu corretamente, que o passo preliminar, para tanto, seria definir o fato social (RAMOS, 1983, p.6).

Durkheim julgava que uma disciplina só existe desde que se evidencie um objeto próprio ou um fato específico. Com relação aos estudos econômicos, Durkheim encontrou incentivo na busca de respostas sobre o papel da economia na sociedade quando os conceitos se acomodaram em torno das instituições econômicas. Dobbin (2005) destaca uma definição da sociologia econômica de Durkheim, publicada no jornal *L’année sociologique*: “Finalmente, existem as instituições econômicas: instituições relativas à produção de riqueza

(...), instituições relacionadas ao câmbio (...), instituições relacionadas a distribuição (...). Eles formam o objecto da sociologia econômica” (p.10).

Na administração, o conceito de fato social foi transposto para fato administrativo, a partir de uma ‘abstração metodológica’ do fenômeno administrativo. A preocupação básica na formulação do fato administrativo, como objeto de estudo da administração, situava-se na possibilidade de se identificar os aspectos importantes para a organização e reestruturação da sociedade, com o objetivo de preservar e manter a nova ordem capitalista. O fato administrativo seria:

Um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho das funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetos sistematicamente estabelecidos (RAMOS, 1983, p.7).

A complexidade do contexto administrativo escapa dessa definição, pois se restringe basicamente ao desempenho das funções, sintetizado pelo Posdcorb (*planning, organizing, staffing, directing, coordination, reporting, budgeting*) que resume os elementos funcionais da administração, sem levar em conta diretamente as atividades humanas associadas e da ação que resulta dessas atividades. Ramos (1983) analisa os limites do fato social:

Durkheim incidiu numa distorção, isto é, o fiscalismo, a equiparação da sociologia a uma física social. Esse positivismo não somente escamoteia a natureza objetiva dos fenômenos sociais, como frustra o próprio propósito de Durkheim, de conferir consistência científica à sociologia. Para adquirir as qualificações de cientificidade, a sociologia não precisa sucumbir ao modelo da física (RAMOS, 1983, p. 24).

Essa análise de Ramos (1983) abre um espaço tentador para se afirmar que o fenômeno social foi reduzido a fatos e excluiu as relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade, inseparáveis em uma perspectiva de totalidade, ou seja, embora constituam realidades distintas, implicam-se reciprocamente.

Vale ressaltar, contudo, que o legado intelectual de Durkheim é muito mais amplo e abrangente do que a simplificação adotada para os estudos da administração, no início do século passado. Dobbin (2005) destaca a importância desse legado aos recentes estudos da sociologia econômica em que sua principal contribuição foi com relação aos estudos sobre o mercado de trabalho, especialmente com relação à divisão do trabalho. Os economistas tendem a ver a divisão do trabalho exclusivamente como um fenômeno econômico e seus ganhos em termos de eficiência em produtividade. Durkheim adicionou uma dimensão sociológica como uma forma de integrar a sociedade por meio da coordenação especializada das atividades: “as pessoas precisam de regras e normas em suas vidas econômicas e reagem negativamente em situações de anarquia”. Seus estudos exploraram como o vínculo social foi reestruturado com a industrialização e o comportamento das pessoas é moldado, cada vez mais, por sua profissão. As pessoas se identificam com os profissionais que exercem a mesma profissão, de acordo com as normas e papéis estabelecidos. Durkheim estudou, ainda, o surgimento do capitalismo industrial por meio das redes sociais que deram origem a uma crescente divisão do trabalho. Seus estudos exploraram como o vínculo social foi reestruturado com a industrialização. O comportamento das pessoas é moldado, cada vez mais, por sua profissão, pois, as pessoas se identificam com os profissionais que exercem a mesma profissão, de acordo com as normas e papéis estabelecidos. Embora as convenções sejam baseadas em idéias racionais, o comportamento do dia-a-dia é guiado pela tradição.

Nas décadas que abrangem os anos 1940 e 1950, os estudos da administração incorporaram as abordagens sistêmicas, influenciadas por várias disciplinas, dentre as quais, a sociologia estrutural de Talcott Parsons (1902-1979) detalhada em sua obra *Social System* (1951). Os estudos da administração concentravam-se em considerar o fato administrativo como totalidade aberta, ou seja, como um conjunto de elementos e interações, em que

aspectos internos e externos seriam distintos, mas se influenciavam reciprocamente. Existia, porém, o problema da concepção mecanicista do equilíbrio ‘estático’ (da concepção anterior) interagindo em um ambiente social dinâmico. As perguntas fundamentais que impulsionavam os estudos teriam sido: Como é possível a estabilidade social? Em que consiste o controle social? A definição a seguir é uma ilustração das tentativas de se definir um sistema social:

Uma certa espécie de unidade que podemos considerar como unidade funcional. Podemos defini-lo como uma condição na qual todas as partes do sistema social funcionam conjuntamente com suficiente grau de harmonia ou consistência interna (...) sem produzir conflitos persistentes que não possam ser nem resolvidos, nem regulados (RAMOS, 1983, p. 26).

As preocupações com harmonia, integridade e estabilidade, que norteavam os estudos daquela época sofreram severas críticas e o método estrutural-funcional quase foi desprezado pela academia e colocado na categoria de estudo cientificamente inadequado. Luhmann (2009) comenta sobre as origens do funcionalismo estrutural, em que o ponto de partida situa-se nos estímulos de estudos etnológicos e social-antropológicos realizados com tribos e clãs que haviam ficado isolados do desenvolvimento universal. O objetivo dessas disciplinas era captar, mediante observação metodizada, as estruturas originais da sociedade.

Ao olhar-se para trás, vê-se claramente que disso não poderia resultar uma teoria que resolvesse tão satisfatoriamente quanto possível a ordem social, e tampouco se poderia com ela chegar a distinguir nitidamente entre um sistema social e fenômenos meramente psíquicos ou biológicos (LUHMANN, 2009, p. 36).

O argumento de Parsons, em sua obra “A Estrutura da Ação Social” de 1937 (citado por Dobbin, 2005), orientava-se pela questão do equilíbrio entre o estático (interno) e dinâmico (externo) e lançou um ataque contundente sobre o pensamento social utilitarista, incluindo a idéia de que os interesses representavam o ponto de equilíbrio, a partir do qual seria possível efetuar a análise da sociedade. Dobbin (2005) confirma esse argumento de Parsons: “o que os utilitaristas não compreendem é que as normas (que contém os valores) são necessárias para integrar a sociedade e promover a ordem. Os interesses são sempre parte da sociedade, mas uma ordem social não pode ser construída sobre eles”.

Em estudos mais recentes, Parsons (1965) reformula sua orientação e hoje o que anima um grande número de cientistas sociais é a tentativa de adequar o conceito de sistema social e o método estrutural-funcional ao estudo do equilíbrio, do ponto de vista dinâmico.

Em seu texto sobre as motivações nas atividades econômicas, Parsons (1965) demonstra uma forte influência dos escritos de Max Weber ao introduzir o problema da motivação humana nas atividades econômicas. Sua preocupação foi encontrar uma maneira de contemplar as ações humanas a partir das definições dos tipos ideais weberianos. Parsons (1965) exclui desta análise as motivações intuitivas ou tradicionais e concentra-se na racionalidade, seja por questões utilitaristas ou valorativas. Assim, Parsons (1965) propõe pensar as atividades econômicas a partir de um “*institucional framework of a society*” (p.56), que seria uma forma de normatizar a conduta humana, por meio de instituições que legitimariam as ações humanas. A estrutura institucional seria, então, uma maneira de integrar as ações do comportamento individual. Essa abordagem teria inspirado estudos da nova economia institucional, a partir das décadas de 1970-1980, com as contribuições de Gary Becker, Albert Hirschmann, Douglas North, Thomas Schelling e especialmente Oliver Williamson (citados por Swedberg, 2005). De acordo com Zafirovski (2006), o principal legado de Talcott Parsons foi a proposição holística do pensamento socioeconômico, por meio da abordagem sistêmica. Sua preocupação foi tentar criar uma teoria geral que integrasse economia e sociologia por meio de uma estrutura institucional normativa. Seu postulado, inspirado no pensamento de Ludwig Von Bertalanffy, é que o todo (sociedade) é maior que a soma das partes (economia e outros). Em termos sistêmicos, Parsons define a economia como

um subsistema do sistema social assim como os subsistemas político, cultural ou comunidades societais. O que diferenciaria o subsistema economia dos outros é a sua funcionalidade.

A transposição do conceito de sistemas, tanto a partir das ciências biológicas de Bertalanffy, quanto dos sistemas sociais de Parsons, influenciou a concepção da administração como sistema:

Os elementos da administração (...) podem ser reconsiderados à luz do conceito dinâmico de sistema. Eles constituem um sistema administrativo, uma totalidade, internamente composta de elementos ou subsistemas em interação, subordinada a regras operacionais comuns (programas, objetivos, normas, valores, papéis, etc) dotada de fronteiras que a diferenciam do ambiente (elementos e sistemas externos) sobre o qual age e do qual recebe influência (RAMOS, 1983, p.27).

O pensamento generalizado, ao longo das décadas 1950-1960, era de que a categoria da totalidade poderia propiciar o aparecimento da verdadeira ciência da administração e a superação da sua atual fase anárquica de escolas e correntes em vigor.

A teoria sociológica funcionalista de Parsons não substitui a sociologia positivista de Durkheim, ao contrário, ambas se fundem e constituem o fundamento teórico dos estudos da administração ao longo do século passado, reforçando as premissas do paradigma positivista. Somente a partir da década de 1970, surge a percepção que o estudo científico da administração estaria destinado a se frustrar na medida em que as estruturas sociais são desprezadas nas análises econômicas.

Embora as ciências do comportamento tenham tido um avanço considerável, suas aplicações no campo da psicologia organizacional também caminharam nos trilhos do paradigma positivista. Pereira (1986) propõe uma análise sobre a crise no racionalismo psicológico na seqüência da revolução freudiana, pois, o caminho positivista da psicologia parecia ser essencial para libertá-la de sua dependência da teologia, mas tal caminho, materializado na psicologia experimental é abalado e, embora tenha sobrevivido no behaviorismo, a percepção no domínio da não-racionalidade tornou-se insuficiente para se perceber a sensibilidade moderna.

Estudos organizacionais recentes vêm ganhando contribuições interdisciplinares e ampliaram-se com a finalidade de se compreender as ações econômicas que interagem com o meio social. Essa tendência situa-se na crença de que cada vez menos as iniciativas isoladas de empresários inovadores conseguem, por si só, alavancar uma nova combinação geradora de desenvolvimento. Cada vez mais as habilidades desenvolvidas pelo conjunto dos agentes econômicos, sociais e políticos são determinantes na dinâmica de desenvolvimento.

Wittmann, Dotto e Boff (2008) salientam que a teoria dos aglomerados tem como foco a maneira como agem as empresas e instituições numa localidade específica e como a competitividade é afetada em função dos mecanismos de articulação entre os atores e a eficácia desses entrelaçamentos. Desse modo, faz-se necessária uma nova maneira de explorar os mecanismos pelos quais as redes, o capital social e o envolvimento cívico contribuem para o desenvolvimento dos lugares. Em síntese, esses estudos devem ter como premissa o contexto em que se situam para se estabelecer estratégias de gestão local, pois épocas, ambientes e fontes paradigmáticas distintas permitem inferir que não existem estratégias e modelos únicos padronizados.

Assim, uma vertente que tem conquistado um número crescente de estudiosos nas últimas três décadas é a teoria das redes ou análise de redes, que podem ter o mesmo significado ou possuir sentidos distintos, dependendo do ponto de vista de quem as estuda, conforme veremos a seguir.

A Teoria das Redes, a Sociologia Estrutural e o Embeddedness (enraizamento).

O arcabouço teórico sobre a teoria das redes ainda se encontra em fase de discussões acaloradas, pois não existe um consenso sobre a natureza do conceito. Kilduf e Tsai (2009) se perguntam se as redes sociais possuem um construto teórico que as fundamentam como uma teoria substantiva ou trata-se de um recurso metodológico para se compreender as interações sociais. A argumentação é que, para muitas pessoas, o campo das redes sociais é uma coleção de métodos, providos por algoritmos que operacionalizam uma gama de conceitos importantes, tais como centralidade, equivalência estrutural, cliques, dentre outros. Os autores ponderam que, certamente, o campo das redes sociais é poderoso enquanto instrumental analítico para simular inúmeros tipos de resultados organizacionais por meio de softwares que permitem a produção de sofisticadas análises por “pesquisadores iniciantes” (p.37).

As argumentações de Kilduf e Tsai (2009) fundamentam-se no pensamento de influentes pesquisadores como John Scott, Degenne e Forse (p.12). O primeiro defende que a análise de redes sociais não é uma teoria substantiva com corpo teórico específico, porém, os seguintes reivindicam que a abordagem de redes sociais “é a teoria das estruturas sociais”. Os autores discordam dessa última posição e acreditam que Degenne e Forse caíram na armadilha do ‘ideal ilusório khuniano do paradigma maduro’ (Hummon e Carley, 1993), refutando o argumento de Degenne e Forse (1999) sobre a proposição de uma teoria com corpo próprio.

Um trabalho recente que explora essa questão é o de Molina (2009), que se dedicou a organizar e compilar trabalhos publicados sobre redes e encontrou enfoques que utilizam a expressão ‘redes’ como metáfora da complexidade, enfoques que desenvolvem algoritmos para identificar estruturas de dados reticulares, abordagens que utilizam as redes como um elemento a mais do conjunto de estratégias para explicar seus problemas de investigação.

As expressões - ciência das redes, análise de redes sociais, teoria e análise de redes sociais - refletem a pluralidade de enfoques e objetos de investigação e, como pondera Molina (2009), não existe nenhum problema nessa diversidade de abordagens - as redes não são boas apenas para pensar, mas também são boas para investigar a realidade, em qualquer dimensão, e, especialmente boas para analisar. A representação visual não é opcional, mas é uma construção para se observar a aproximação, pois, efetivamente, a representação visual tem a característica de comunicar de forma instantânea um conjunto de variáveis visuais: a forma, o tamanho, a cor, a posição, as relações, os rótulos. As áreas de humanidades, ciências sociais, física, biologia e muitas outras se valem das análises das redes para desenvolver seus estudos.

Estudos recentes desenvolvidos no campo da sociologia econômica resgatam o conceito de redes como instrumento para análise das estruturas sociais. Swedberg (2005) escreve que a pesquisa de redes tornou-se um dos ramos mais interessantes da sociologia econômica de hoje e faz menção a dois trabalhos, *Getting a Job* de Mark Granovetter (1974) e *Structural Holes* de Ronald Burt (1992), cujo valor reside na habilidade dos autores em combinar o engenho teórico e o uso criativo dos métodos de rede.

Mizruchi (2009, p.134) também acredita que o recurso das redes seja um instrumento de análise da sociologia estrutural. Trata-se de uma abordagem segundo a qual as estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas como afetando mais o comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas: “Em qualquer situação que envolva três agentes, por exemplo, um agente será bem sucedido na medida em que possa explorar um conflito entre os outros dois”

A despeito de não existir um consenso, entre os sociólogos estruturalistas sobre as premissas que caracterizam a sociologia estrutural, a maioria deles concorda que os fatores objetivos sejam determinantes mais significativos do comportamento do que os subjetivos. Mizruchi (2009, p.134), entretanto, não se preocupa em distinguir os fatores subjetivos ou objetivos que permeiam as relações sociais e resume sua idéia: “A análise de redes, portanto,

é um tipo de sociologia estrutural que se baseia numa noção clara dos efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal”.

Nesse sentido, observa-se que a posição de Mizruchi (2009) é convergente com Swedberg (2005) e ambos entendem que a sociologia estrutural é uma abordagem segundo a qual as estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas como afetando mais o comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas.

No campo de estudos da administração, diversas teorias organizacionais incorporaram as idéias e métodos de redes em seus conceitos e pesquisas empíricas. Em termos genéricos, a utilização do conceito de redes no âmbito dos estudos das relações organizacionais constitui uma metáfora representativa das interdependências produtivas e tecnológicas que caracterizam os ambientes econômicos complexos (BRITTO, 1999).

Compreender as razões e sob quais condições se estabelecem vínculos ou trocas entre organizações tem sido objeto dos estudos recentes no campo da administração, porém, ainda não foram identificados padrões passíveis de generalização. As conclusões mais freqüentes desses estudos convergem para um consenso, em que os determinantes para as organizações operarem em rede dependem, fundamentalmente, do contexto em que se situam. Por outro lado, a impossibilidade de se produzir generalizações, fundamento amplamente difundido nos estudos da administração sob o paradigma positivista, não deve inibir a busca de novos enfoques para as pesquisas empíricas que, no futuro, poderão constituir elementos importantes para se compreender os mecanismos de articulação entre os atores, mesmo que contextualizadas em determinados espaços geográficos ou sistemas políticos específicos.

Com base nas considerações apresentadas, entendemos que é oportuno e pertinente buscar referências nos estudos recentes da sociologia econômica que apresentam, pelo menos, três motivos relevantes que justificam o deslocamento dos seus conceitos para os estudos da administração.

O primeiro é apontado por Raud-Mattedi et al (2005), que situam a sociologia econômica no atual contexto das pesquisas interdisciplinares, cujo mérito seria analisar sociologicamente o núcleo da ciência econômica e introduz alternativas teórico-metodológicas para as análises atuais de fenômenos econômicos sob a ótica sociológica: “[essas análises] participaram da divulgação de conceitos fundamentais como os de rede, de campo, de enraizamento (*embeddedness*), de construção social e de mentalidade econômica (RAUD-MATTEDI et al, 2005, p.10).

O segundo relaciona-se às reflexões de Ramos (1983) sobre a necessidade de reformulação do conceito de ‘ação administrativa’. A releitura dos clássicos da sociologia, em especial os conceitos de Max Weber sobre a ação social, trouxe notáveis avanços na compreensão dos interesses individuais que motivam as ações sociais e os comportamentos decorrentes dessas ações. Além disso, uma melhor compreensão da abordagem teórico-metodológica weberiana na construção dos tipos ideais pode resolver, de certo modo, algumas questões teórico-metodológicas das pesquisas nos estudos da administração.

O terceiro motivo situa-se na vasta contribuição de estudos empíricos efetuados por sociólogos sobre as questões econômicas. Esses estudos ilustram a utilização das análises das redes e, com isso, facilitam a modelagem de tipologias para as análises das realidades organizacionais complexas e aqui podemos incluir as aglomerações produtivas territoriais.

Swedberg (2005) traz importantes esclarecimentos sobre as origens da nova sociologia econômica, a influência dos clássicos na sua fundamentação teórica e uma discussão sobre os conceitos de redes, enraizamento, campo, construção social e mentalidade econômica. Ele escreve que, ao longo do século XX, a corrente dominante na economia concentrou-se exclusivamente no papel do interesse para explicar o comportamento econômico, enquanto os sociólogos enfatizavam o papel da interação social e da estrutura social. Existem boas razões para as duas estratégias analíticas terem sido utilizadas e muitas obras importantes foram

produzidas por economistas e sociólogos. No entanto, também existem economistas e sociólogos que acreditam que só pode haver progresso no entendimento de certos fenômenos econômicos quando o interesse e a estrutura social são combinados em uma única análise.

Como escreve Swedberg (2005), as origens dos estudos econômicos na perspectiva sociológica tiveram início em áreas como o estudo do consumidor, estudos sobre estratificação e semelhantes. No início da década de 1980 a situação mudou e alguns sociólogos importantes dos Estados Unidos, principalmente Harrison White, James Coleman e Arthur Stinchcombe, começaram a se interessar pela análise dos fenômenos econômicos. Esses sociólogos tiveram alunos talentosos como Mark Granovetter e Ronald Burt que logo começaram a dar suas próprias contribuições, usando principalmente a teoria das redes. Contudo, Swedberg (2005) não parece convencido sobre o deslocamento do conceito de enraizamento de Polanyi (2000) para os estudos da sociologia econômica contemporânea e faz uma comparação entre o conceito de ação social da sociologia weberiana e o conceito de enraizamento (*embeddedness*):

Enquanto a sociologia econômica de Weber se baseia numa noção cuidadosamente definida de ação econômica (social), a noção equivalente da sociologia econômica contemporânea é o conceito meio nebuloso de “imbricação” (*embeddedness*). A crença dos sociólogos de que os economistas esvaziaram a análise dos fenômenos econômicos de todo o seu conteúdo social e que, por isso, o comportamento econômico precisa ser reimplantado ou “imbricado” na sociedade provavelmente explica a popularidade desse conceito (SWEDBERG, 2005, p.289).

O estudo de Mark Granovetter (1985), “*Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness*” tem sido apontado pela comunidade acadêmica como o manifesto fundador da Nova Sociologia Econômica, por sua abordagem criativa e inspiradora na análise das organizações empresariais por meio da abordagem de enraizamento (*embeddedness*) e análise de redes. Embora reconheça que Granovetter tenha utilizado o conceito de enraizamento de modo preciso e rigorosamente vinculado à análise de redes, Swedberg (2005, p.291) argumenta que prefere o conceito de ação social weberiano ao de enraizamento, pois, esse conceito, às vezes, é utilizado de forma vaga e de maneira imprecisa: “A noção weberiana de ação econômica parece-me preferível, por ter um sólido alicerce conceitual (...). O conceito de imbricação pode induzir a pessoa em erro por chamar mais a atenção para a imbricação em si do que o que está sendo imbricado”.

Outro conceito que Swedberg (2005, p.291) questiona na sociologia econômica atual é a noção de que os fenômenos econômicos podem ser vistos como fenômenos socialmente construídos. A base para o seu argumento é semelhante à noção de enraizamento: “Foi disseminada por Granovetter, em cujas obras essa noção tem uma definição precisa e útil, mas tem sido usada frequentemente como um *slogan* sem muito conteúdo próprio”.

As abordagens apresentadas, a despeito da variedade de correntes ideológicas, apontam para a necessidade de se repensar as análises das aglomerações territoriais em função, principalmente, de dois fatores: o primeiro situa-se nos limites do paradigma positivista para a compreensão da realidade e o segundo envolve a criação de mecanismos que possibilitem uma melhor compreensão do enraizamento das relações, interações e estruturas sociais no contexto das aglomerações produtivas territoriais. O entendimento da sociologia econômica de Max Weber (1864-1920) poderá contribuir com um enfoque metodológico complementar aos apresentados.

A abordagem compreensiva e a sociologia de Max Weber

Em seus estudos sobre a obra de Max Weber, Swedberg (2005) traz interpretações interessantes sobre seu trabalho mais importante, que foi criar uma sociologia econômica

distinta e uma concepção inteiramente nova da teoria econômica. O ponto central da ciência socioeconômica ou *sozialökonomik* foi a tentativa de unir o comportamento movido pelo interesse e o comportamento social. Essa ciência devia ser ampla e incluir várias outras ciências sociais, principalmente a teoria econômica, a história econômica e a sociologia econômica. Dependendo do tema a ser tratado, o analista devia apelar para a mais apropriada dessas três ciências, que compunham as ‘ciências culturais’. Com essa expressão, Max Weber queria dizer que tais ciências tratam de fenômenos que envolvem significado e somente nas ciências naturais o analista pode deixar de levar em conta o significado.

Vieira e Carrieri (2001, p.9) apontam que “a grande contribuição de Max Weber foi promover a integração do método da causalidade das ciências da natureza com o método da compreensão entendido como o mais adequado às ciências da cultura”. Nesse sentido, a abordagem compreensiva weberiana complementa a tradição positivista, especialmente nos fundamentos epistemológicos e metodológicos, na medida em que introduz a possibilidade de análise do fenômeno administrativo a partir da ação social, cujas bases não se apóiam nas ciências da natureza, diferentemente das contribuições de Durkheim e Parsons.

Os temas da teoria administrativa se encontram em fase de intensa revisão, notadamente no que se refere à tentativa de desvendar os mecanismos envolvidos no comportamento e nas relações entre os agentes nos diversos contextos organizacionais, fundamentais para se compreender o real significado de ação administrativa. Ramos (1983) ressalta a necessidade de se reformular tal conceito, pois, quando o conceito de ação social foi transposto para os estudos da administração, no início do século passado, a idéia de ação administrativa ficou mal definida, por conta de ter sido mal compreendida:

Desde o início que a sociologia aparecia marcada por um forte pendor racionalizante e explicativo (...) a obra de Weber encontrava-se assim num dos momentos típicos de mutação do saber: é, ao mesmo tempo, uma síntese monumental de toda a problemática sociológica do século XIX e a verificação das suas dificuldades e impasses (...) Weber deseja fundar a sociologia com bases teóricas sólidas e acaba por se lhe deparar (...) em uma situação contraditória que impedia o fecho do sistema especulativo. É nessa dificuldade que se encontra a crise do paradigma positivista e é ao tratá-lo que Weber atinge as questões que são as dos programas científicos do século XX (PEREIRA, 1983, p.993).

A questão central para a compreensão da obra de Max Weber situa-se no paradigma da ação social e esse paradigma irá permear toda sua obra, que proporcionou uma estratégia para captar o sentido e o significado da ação quando construiu os tipos ideais. Para resolver a questão dos interesses, Weber dividiu a categoria de interesses em duas: interesses materiais e interesses ideais, de modo que ambas podem motivar o agente à ação. Os interesses ideais têm caráter valorativo e incluem coisas como *status*, nacionalismo, orgulho étnico e ‘benefícios religiosos’, ou seja, o desejo de salvação, de uma situação melhor na próxima vida. Na análise econômica, os interesses materiais são os que mais contam, porém, Weber também estava interessado em como as pessoas agem quando procuram realizar seus interesses ideais - de que modo cuidam de seus interesses materiais, o que ocorre quando os dois tipos de interesses conflitam ou quando os primeiros reforçam ou bloqueiam os segundos e assim por diante. Além desses dois tipos de interesses, Weber reconhecia que os outros fatores, que motivavam o comportamento das pessoas, eram a tradição e as emoções (SWEDBERG, 2005).

Desse modo, Weber criou os quatro tipos ideais, como referência para se compreender o comportamento dos indivíduos: a) ação ideal racional visando os fins; b) ação ideal racional visando os valores; c) ação afetiva e d) ação tradicional. Esses conceitos constituem um instrumento metodológico de comparações, que Weber utilizou para compreender o

desenvolvimento das sociedades ocidentais e orientais, por meio dos quais é possível medir a realidade, separando o conhecimento empírico do julgamento valorativo.

Especificamente para a análise das organizações, a utilização da burocracia como tipo ideal permite comparar um padrão organizacional eficiente com as organizações da vida real. Como escrevem Vieira e Carrieri (2001), “Weber construiu uma *démarche* cognitiva específica, diferente da *démarche* das ciências da natureza, mas não a isenta de normas de exatidão e rigor metodológico”. Os autores ponderam que Max Weber é notadamente citado nas ciências sociais aplicadas por pesquisadores que adotam o paradigma funcionalista e de certo modo simplificam suas idéias com relação, principalmente, ao tipo ideal burocrático. O termo burocracia representa uma forma de organização diferente das organizações típicas daquele momento histórico e os equívocos são basicamente dois: primeiro, perde-se a especificidade histórica e segundo, é considerado como modelo da realidade organizacional e não como um tipo ideal weberiano, ou seja, como uma abstração da realidade. O tipo ideal é, então, uma construção mental, em que se acentuam os traços ou pontos de vista que se pretende investigar, que sejam observáveis na realidade. Vale ressaltar que o tipo ideal não corresponde a uma média ideal estatística, mas constitui-se de um instrumento para ser utilizado em uma análise de acontecimentos em determinado contexto histórico, social, cultural, econômico e político.

Ao contrário de Durkheim, que abordava os fenômenos como fatos sociais dentro de uma perspectiva funcionalista, Weber atribuía muito mais importância à compreensão do agente, pois, desse modo, poderia compreender os fenômenos sociais a partir do seu comportamento, como nos explica Swedberg (2005, p.46): “Para Weber uma explicação adequada em sociologia é aquela que consegue explicar a ação social real por meio da compreensão do agente. O tipo de causalidade de Weber pode ser chamado de interpretativo e difere do tipo funcional e do mecânico”.

Em seus últimos anos de vida, Max Weber trabalhou muito como o principal organizador de uma obra que deveria substituir o famoso manual de economia política de Schönberg, o *Grundriss der Sozialökonomik*. Swedberg (2005) analisa detalhadamente o *Grundriss* e aponta as três características que tornam essa obra única e nos ajudam a compreender sua visão da teoria econômica e os fundamentos teórico-metodológicos para as análises: a) Os fenômenos econômicos devem ser estudados em conexão e interação com os fenômenos não-econômicos, como o Estado, ambiente geográfico, instituições sociais, dentre outras. Além disso, os estudos devem ser efetuados com a ajuda de vários métodos diferentes, inclusive aqueles usados pela história econômica, economia teórica, geografia econômica e teoria da população; b) Houve, pela primeira vez na história da teoria econômica, uma tentativa constante de introduzir uma perspectiva sociológica na economia e c) O *Grundriss* inovou ao dedicar tanta atenção ao capitalismo como um sistema econômico e social distinto.

Os princípios básicos da abordagem weberiana estão amparados na ação individual motivada pelo interesse e também para o comportamento dos outros. Desse modo, a ação econômica individual, embora racional (até que se prove o contrário), não exclui o hábito ou as emoções. Contudo, ao se utilizar o recurso do tipo ideal para as análises e interpretações da realidade empírica, tem que se ter em mente que não se esgotam as possibilidades, pois, podemos conceituar diversos tipos ideais para cada questão a ser analisada.

Conclusão

A despeito da variedade de correntes ideológicas e enfoques metodológicos apresentados ao longo deste estudo, apontamos para a necessidade de se repensar as análises das aglomerações produtivas territoriais em função, principalmente, de dois fatores.

O primeiro situa-se nos limites do paradigma positivista para a compreensão da realidade, que não consideram as relações sociais, o enraizamento, as interações e estruturas sociais na criação de mecanismos de articulação entre os atores presentes no território. Analisar os sistemas políticos e as motivações individuais dos atores é imprescindível para se compreender os fenômenos sociais no contexto das aglomerações produtivas locais.

O segundo é a necessidade de reformulação do conceito de ação administrativa, a partir do conceito de ação social de Weber, em um contexto em que se discute a validade das tradições positivistas para o entendimento das questões existentes nas aglomerações produtivas territoriais. O resgate da sociologia econômica de Max Weber trouxe notáveis avanços na compreensão dos interesses que motivam as ações individuais e os comportamentos delas decorrentes. Uma melhor compreensão da abordagem teórico-metodológica weberiana na construção dos tipos ideais pode resolver, de certo modo, uma série de questões metodológicas das pesquisas nos estudos da administração e ser objeto de estudos futuros.

Por fim, identificar e compreender os fatores determinantes das diferentes dinâmicas presentes nas aglomerações produtivas territoriais poderá contribuir para o avanço de novos conhecimentos para os estudos da administração, principalmente para as questões que ainda não apresentam soluções aplicáveis ao ambiente administrativo. Essas soluções poderiam incentivar a criação de estratégias capazes de estimular as relações de confiança entre os atores; contribuir para enfrentar os desafios locais ou regionais impostos pelas estratégias globalizantes e, com isso, priorizar os processos de inclusão. Desse modo, a concepção do desenvolvimento local como um processo mais endógeno e menos desigual poderá contribuir para reposicionar a lógica social acima da lógica do mercado, no contexto das dinâmicas territoriais.

Referências

- ALBURQUERQUE LLORENS, F. (2001). Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES.
- BECKER, D. (2008). A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D.; WITTMAN, M. (Orgs.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.67-115.
- BRITTO, J.N de P. (1999). Características estruturais e modus-operandi das redes de firmas em condições de diversidade tecnológica (Tese de Doutorado em Economia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (1999). A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 1. Trad. Roneide Venancio Majer. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra.
- DALLABRIDA, V.; BECKER, D. (2008). Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D.; WITTMAN, M. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.175-213.
- DOBBIN, F. (2005). Comparative and Historical Approaches to Economic Sociology. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R (eds.). The Handbook of Economic Sociology. Second edition. New York: Russel Sage Foundation, pp.26-48.
- GRANOVETTER, M. (1985). Economic Action and Social Structure. The Problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91, 481-510.
- HUMMON, N.P.; CARLEY, K. (1993). Social networks as normal science. *Social Networks*, 15, pp.71-106.

- KANTER, R. M. (1996). *Classe Mundial: Uma agenda para gerenciar os desafios globais em benefício das empresas e das comunidades*. Trad: Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus.
- KILDUFF, M.; TSAI W. (2009). *Social Networks and Organizations*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC. Sage.
- KLINK, J. J. (2001). *A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. (2003). Novas Políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. *Revista Parcerias Estratégicas*, 17, pp.5-29.
- LUHMANN, N. (2009). *Introdução à Teoria dos Sistemas: Aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Coleção Sociologia. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes.
- MARSHALL, A. (1982). *Princípios de Economia: tratado introdutório*. v.I. São Paulo: Abril Cultural.
- MOLINA, J. L. (2009). Panorama de la Investigación en Redes Sociales. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 17 #11, pp.235-256.
- MIZRUCHI, M. S. (2009). Análise de Redes Sociais: Avanços Recentes e Controvérsias Atuais. In: MARTES, Ana Cristina Braga (org). *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos, EDUFSCAR.
- PARSONS, T. (1965). The motivation of economic activities. In: Smelser, N. (org). *Readings on Economic Sociology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, pp. 53-65.
- PEREIRA, J. P. (1986). Weber e a crise do paradigma positivista. *Análise Social*, 94, pp. 989-995.
- POLANYI, K. (1980). *A Grande Transformação: As origens de nossa época*. 3.ed. Trad. Fanny Wrobel. Rev. Técnica: Ricardo Benzaquen de Araújo. Rio de Janeiro: Campus.
- PORTER, M. E. (1998). Clusters and the New Economics of Competition. *Harvard Business Review*, Reprint 98609, pp. 77-90.
- RAMOS, A. G (1983). *Administração e Contexto Brasileiro: Esboço de uma teoria geral da administração*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.
- RAUD-MATTEDI, C. et al. (2005). Apresentação do Dossiê: Estado, Mercado e Regulação. *Política e Sociedade*, 6, pp.9-13.
- SIEDENBERG, D. R. (2008). A Gestão do Desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D.; WITTMAN, M. (orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.157-173.
- SUZIGAN, W. et al. (2004). Clusters ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologias e Sugestões de Políticas. *Revista de Economia Política*, vol.24, 4 (96), pp.543-562.
- SWEDBERG, R. (2005). Max Weber e a idéia de Sociologia Econômica. *Coleção Economia e Sociedade*, v.5. Rio de Janeiro, São Paulo: UFRJ / BECA.
- VARGAS, M. A. (2004). Aspectos conceituais e metodológicos na análise de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. SEBRAE, UFSC, NEITEC, FEPESE, 2004.
- VIEIRA, A.; CARRIERI, A.P. (2001). Max Weber e a questão do método em ciências sociais. *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v.1, n.2, pp. 9-31.
- ZAFIROVSKI, M. (2006). Parsonian Economic Sociology: Bridges to Contemporary Economics. *American Journal of Economics and Sociology*. Vol 65, n.1, pp.75-107.
- WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. (2008). Desenvolvimento Regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: BECKER, D.; WITTMAN, M. (orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp. 319-339.